

Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos dos Meios de Hospedagem em Área Rural – uma Visão Sistêmica e Normativa

Janine Gisèle Le Sann¹, Patrícia Pedrosa Garabini²

¹ Doutora em Geografia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França).
E-mail: jlesann@hotmail.com

² Bacharel em Geografia pela UFMG – Mestre em Turismo e Meio Ambiente pela UNA.
Email: p.garabini@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo discutem-se a importância do gerenciamento dos resíduos sólidos de meios de hospedagem, os aspectos reguladores normativos e legais relativos ao meio ambiente nas escalas global, regional e local, a partir dos resultados da dissertação de mestrado da segunda autora deste trabalho. Apresentam-se recomendações no sentido de integrar as gestões pública municipal e privada com o setor hoteleiro para incorporar as normas à realidade socioeconômica e espacial local.

Palavras-chaves: turismo rural, sistema ambiental, sustentabilidade, sistemas de gestão ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos.

Environmental Management of Solid Waste in Rural Lodging – a Systemic and Normative Vision

Abstract

In this article, it is discussed the importance of the management of solid waste in rural lodging, the normative and legal regulators relative to the environment in global, regional and local scales, starting from the results of the master thesis of the second author of this paper. Recommendations about integrating municipal and private administrations with hotel industry to incorporate the norms to the socioeconomic and spatial reality are presented.

Keywords: rural tourism, environmental system, sustainability, environmental management systems, waste management.

1. Introdução

Os meios de hospedagem, ao introduzirem nas áreas em que se localizam produtos e insumos em largas escalas, provocam impactos negativos quando lançam efluentes e resíduos, principalmente os sólidos. O lixo sem tratamento adequado contamina e degrada o meio ambiente com implicações para os recursos e fatores ambientais e para a saúde por meio dos vetores de doenças. A tendência é o agravamento da situação comprometendo a própria atividade turística pela perda da qualidade dos atrativos naturais e culturais locais. O diagnóstico do tratamento do lixo adotado no setor hoteleiro deve propiciar a descoberta de caminhos para minimizar os impactos negativos e manter a continuidade dos impactos positivos no empreendimento e em sua área de influência.

A legislação brasileira consta de inúmeras leis, normas e regulamentos relativos ao meio ambiente e ao gerenciamento de resíduos sólidos dos meios de hospedagem. Porém a legislação não é conhecida pelos gerentes dos meios de hospedagem. Isto se deve ao

hiato entre as esferas federal, estadual e municipal no que se refere às leis e normas que dão suporte à legislação ambiental o que explica, em parte, a desarticulação entre a gestão pública municipal e privada, no caso em foco, do setor hoteleiro. Além disso, estas leis possuem caráter voluntário, o que explica o seu desconhecimento por parte dos empreendedores e a não aplicação das mesmas.

Este artigo apresenta alguns resultados obtidos em uma pesquisa desenvolvida no quadro da dissertação de *Mestrado em Turismo e Meio Ambiente* (UNA-MG) relativa aos impactos dos resíduos sólidos de meios de hospedagem localizados em ambiente rural (GARABINI, 2008). Num primeiro momento da pesquisa de Mestrado levantaram-se as relações dos resíduos sólidos dos meios de hospedagem com o sistema ambiental. Num segundo momento foram levantados os aspectos normativos e legais, afetos aos resíduos sólidos, aos meios de hospedagem e ao meio ambiente. O município turístico de Caeté (MG) foi escolhido para estudo de caso. Trata-se de um município pouco industrializado, com predomínio de atividades agrícolas e mineradoras. A partir de 1990 houve significativa expansão do setor hoteleiro na área rural que, hoje, representa cerca de 80% da capacidade total de hospedagem do município. Verificou-se ainda o fluxo de turistas para estes meios de hospedagem no meio rural por se tratar de área natural relativamente preservada na Região Metropolitana de Belo Horizonte da qual este município faz parte.

A metodologia da pesquisa foi baseada em levantamentos bibliográfico e cartográfico, em pesquisa em campo e documental. No levantamento bibliográfico abordaram-se os referenciais teóricos dos temas norteadores da pesquisa, ou seja, o turismo em área rural, a sustentabilidade e o meio ambiente. Por meio de pesquisa documental identificaram-se os aspectos normativos e legais, afetos às questões ambientais e aos resíduos sólidos. O levantamento cartográfico possibilitou a confecção da base cartográfica para a análise espacial da área de estudo. Em campo, foram coletados dados preliminares da pesquisa documental e da base cartográfica identificados e georreferenciados os pontos de amostragem, assim como, questionários semi-estruturados foram aplicados para o diagnóstico do gerenciamento de lixo dos meios de hospedagem na área rural de Caeté/MG. A cartografia foi realizada a partir das folhas da Carta do Brasil Caeté, Acuruí e Jaboticatubas (1977-IBGE), na escala 1: 50.000, de imagens de satélite do Projeto SOS Mata Atlântica e da EMBRAPA. O Global Position Systems (GPS) (modelo Garmin Etrex) foi utilizado para o georreferenciamento dos pontos amostrados. Os resultados da análise espacial foram mapeados mediante o uso do Software ArcGis versão 9.1.

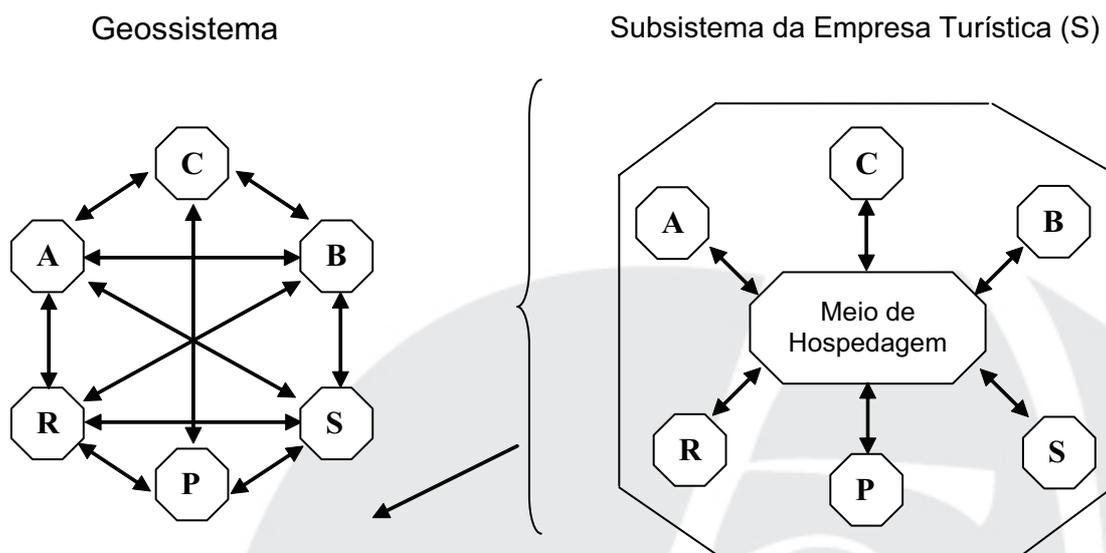
Neste artigo pretende-se mostrar, de um lado, a abrangência e a complexidade da legislação brasileira e sua filiação à legislação internacional, e do outro lado, o despreparo daqueles que deveriam aplicá-la, evidenciando assim, a necessidade de decodificação e aproximação de ambas as partes implicadas nesse processo.

2. A Gestão Ambiental dos Resíduos Sólidos nos Meios de Hospedagem

Os referenciais teóricos foram abordados a partir das relações entre o turismo em área rural, a sustentabilidade e o meio ambiente tendo em vista o sistema ambiental ou geossistema no qual se insere o meio de hospedagem e com o foco na gestão ambiental dos seus resíduos sólidos. Tendo em vista a diversidade de interpretações dos conceitos envolvidos na pesquisa, as autoras optaram para as seguintes definições:

1. para os termos turismo rural e turismo em áreas rurais, o turismo em área rural é considerado como qualquer atividade turística implantada em meio rural que pode englobar áreas naturais, agrícolas, empreendimentos turísticos rurais e não rurais, entre outros;

2. a sustentabilidade foi considerada como aquela que, de fato, “mantém a melhoria da qualidade da vida humana dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas de apoio” (Sheng, 2001);
3. o meio ambiente foi abordado como um sistema ambiental ou um conjunto de relações complexas e sinérgicas geradas pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural (Leff, 2001);
4. o geossistema incorpora tanto o meio biótico e abiótico do sistema ambiental quanto a empresa enquanto um sistema socioeconômico (FIGURA 1).



Legenda: C = clima; A = Água; R = Relevo, B = Biosfera; S = Socioeconômico; PL = Pedosfera/Litosfera

FIGURA 1 - O meio de hospedagem e o geossistema.

Fonte: CHRISTOFOLETTI, 2002, p.42 (modificado)

O geossistema é o conjunto de todos os ecossistemas e de todas as sociedades humanas porque embora seja um fenômeno natural, os fatores econômicos e sociais influenciam sua estrutura e seu funcionamento. A principal característica da concepção de geossistema é a conexão da natureza e da sociedade. Ou seja, biótopo, biocenose e comunidades humanas, em função da escala de análise: local, regional ou global.

Pode-se integrar o subsistema de uma empresa turística, no caso, o meio de hospedagem, ao ecossistema enquanto um sistema aberto, que realiza troca com o meio que o circunda. A diferença entre o ecossistema natural e o meio de hospedagem é que nesse último há geração de sobra. Os dejetos ou resíduos são gerados além do limite da capacidade de suporte do sistema ecológico e não são reaproveitados, a exemplo do ecossistema natural, que os reutiliza como nutrientes ou energia em outros níveis tróficos (FIG. 1).

A abordagem sistêmica transposta para a gestão ambiental dos resíduos sólidos dos meios de hospedagem fornece um suporte conceitual e teórico operacional importante para identificar, dimensionar e caracterizar os impactos causados pelo tratamento inadequado do lixo em meios de hospedagem.

3. Aspectos Normativos e Legais

Os aspectos normativos e legais afetos ao meio ambiente e aos resíduos sólidos foram identificados e pesquisados nas escalas global, regional (federal e estadual) e local (municipal e do empreendimento). A FIGURA 3 ilustra sua hierarquização escalar.

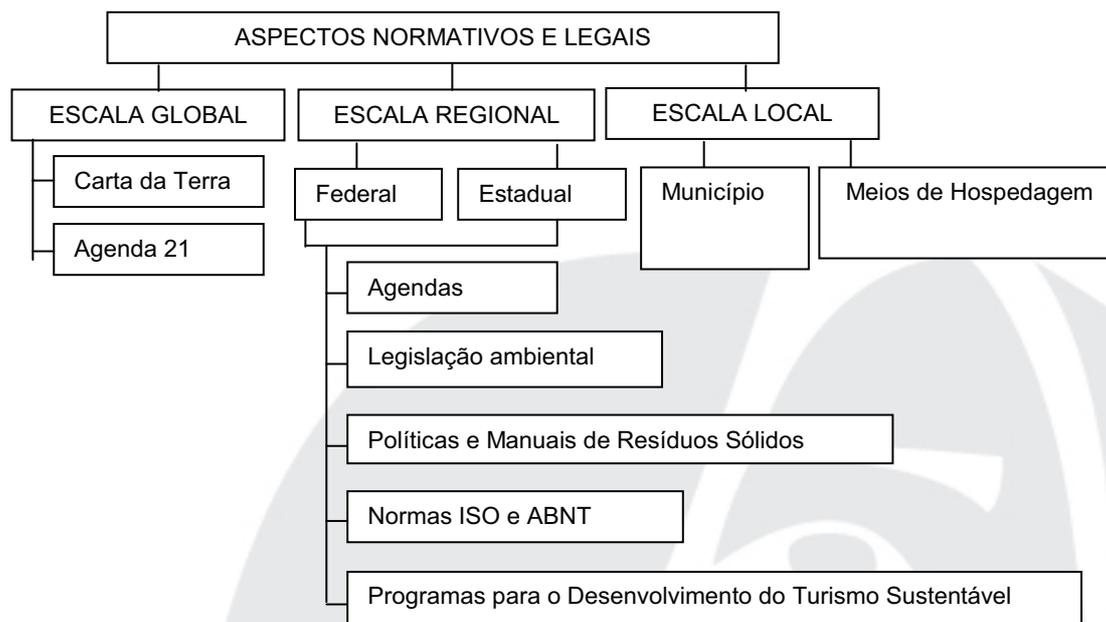


FIGURA 3. As escalas espaciais dos aspectos normativos e legais.

Fonte : organizado pelas autoras.

A preservação do meio ambiente e a redução de geração de resíduos sólidos, imprescindíveis para a sustentabilidade socioambiental do planeta, são aspectos gerais abordados pela Carta da Terra e pela Agenda 21 Global, ambos documentos referendados na ECO-92. Estes documentos orientaram, na escala regional, a elaboração da Agenda 21 Nacional assim como da Agenda 21 Estadual, e das agendas temáticas como, por exemplo, a Agenda Marrom no caso dos resíduos sólidos.

Após a década de 1990, a legislação ambiental vigente no Brasil, pressupõe, em tese, a articulação integrada e descentralizada dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente. Com relação aos resíduos sólidos, a legislação está parcialmente complementada pela criação de políticas específicas em escalas nacional e estadual.

Existem, ainda, as normas ISO/NBR/ABNT voltadas para a gestão ambiental empresarial e os Programas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável referentes aos meios de hospedagem em resposta a uma expectativa de qualidade do turismo internacional (FIGURA 3).

Considerando que a análise do Sistema de Gestão dos Resíduos Sólidos no espaço local constitui o foco desse artigo, verificou-se a organização e a estrutura normativa e legal da gestão ambiental municipal e do meio de hospedagem (FIGURA 4).



FIGURA 4. Aspectos normativos e legais em escala local.

Fonte: organizado pelas autoras.

Os instrumentos legais, em escala municipal, que normalizam os parâmetros relativos ao meio ambiente e aos resíduos sólidos são pontuados pela Lei Orgânica municipal e pelo Plano Diretor. A Lei Orgânica, lei maior do município, é de caráter genérico e segue determinações e limites constitucionais federais e estaduais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria de dois terços. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural respaldada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e pelo Zoneamento Ecológico e Econômico. Esse último é um instrumento de gestão do território e regulador dos impactos ao meio ambiente. Ele orienta, de acordo com a legislação ambiental em vigor, as atividades econômicas mais adequadas e que gerem menor impacto.

Os parâmetros normativos e legais dos resíduos sólidos dos meios de hospedagem estão pontuados pela Deliberação Normativa 429/2002 da EMBRATUR e pela norma NBR/ABNT 15401/2006.

A Deliberação Normativa 429/2002 da EMBRATUR estabelece os requisitos mínimos para o bom desempenho empresarial e ambiental dos meios de hospedagem exigidos de acordo com a classificação pleiteada. O item saúde/higiene estipula os requisitos para os resíduos sólidos, a saber:

- **Tratar os resíduos:** o tratamento de resíduos comporta a adoção de uma política de gestão e de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos ambientalmente corretos desde a geração na fonte até o destino final.

Esse tratamento é exigido para as classificações de 1 a 5 estrelas e Super Luxo (SL).

- **Manter um programa interno de treinamento de funcionários para a redução de produção de resíduos sólidos:** é condição sine qua non para a implementação e a execução do programa interno de gerenciamento de resíduos sólidos.

- **Manter um programa interno de separação de resíduos sólidos:** a separação de resíduos é o primeiro passo para a redução da produção de lixo na fonte. Ela é feita em frações orgânica (restos alimentares e de poda e capina), inorgânica (vidro, plástico, metal e papel) e de resíduos perigosos (tóxicos e contaminantes). A fração orgânica é

passível de compostagem. A fração inorgânica pode ser reutilizada ou reciclada como fonte de matéria prima para outro processo produtivo.

- **Manter um local adequado para armazenamento de resíduos sólidos separados:** os resíduos são passíveis de separação em três classes genéricas: orgânicos, inorgânicos e perigosos. Cada classe deve ter um local apropriado para acondicionamento e armazenamento até o destino final.
- **Dispor de critérios específicos para a destinação adequada dos resíduos sólidos:** trata-se da adoção de procedimentos para a destinação de cada classe específica de resíduos, a saber, os orgânicos (composto), os inorgânicos (recicláveis) e os perigosos (tóxicos e contaminantes).
- **Manter registros específicos e locais adequados para armazenamento de produtos nocivos e poluentes:** os procedimentos dados ao tratamento dos resíduos perigosos dentro dos parâmetros normativos e legais devem ser registrados em formulários próprios para fins de averiguação, fiscalização, monitoramento e melhoria constante dos procedimentos.

Os cinco itens anteriores são exigidos para as classificações de 2 a 5 estrelas e Super Luxo (SL).

- **Manter local independente e vedado para armazenamento de resíduos sólidos contaminantes:** os resíduos sólidos perigosos devem ser identificados, separados, acondicionados, armazenados e descartados de acordo com as leis específicas para cada um.
- **Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis:** este requisito pontua a preferência a ser dada para os produtos menos poluentes e contaminantes para o meio ambiente.
- **Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas:** este é um requisito básico para a efetiva redução da geração de resíduos na cadeia produtiva do empreendimento ao dar preferência aos fornecedores que possuam certificações ambientais ou selos verdes e a produtos com embalagens retornáveis e reutilizáveis.

Estes três últimos itens são exigidos para as classificações de 3 a 5 estrelas e Super Luxo (SL).

- **Ter um certificado expedido por organismo especializado quanto à efetividade de adequação ambiental da operação, ou seja,** à adoção efetiva de um sistema de gestão ambiental, no qual o gerenciamento de resíduos sólidos é um importante aspecto que propicia ao empreendimento ser certificado pelo bom desempenho ambiental do seu produto.

É exigido para a classificação cinco estrelas e Super Luxo (SL).

A norma NBR/ABNT 15401/2006 estipula requisitos para os meios de hospedagem que desejam adotar um sistema de gestão da sustentabilidade. No item dos resíduos sólidos os requisitos são:

- **Aquisição preferencial de produtos em embalagens para grandes quantidades, quando compatível com as condições ambientais locais:** este é um dos princípios para a redução de lixo na fonte uma vez que comprar grandes quantidades diminui o volume de lixo a ser descartado.
- **Prevenção do uso de embalagens descartáveis:** é um princípio que envolve a noção de que as embalagens descartáveis aumentam o volume de lixo e a contaminação ambiental que pode ser minimizada com o uso de embalagens reutilizáveis ou recicláveis.

- **Utilização de recipientes adequados para a coleta:** o acondicionamento de resíduos é um procedimento técnico que deve ser observado quanto ao tipo de vasilhame (rígido ou não) a ser utilizado para o acondicionamento do lixo em função do seu grau de periculosidade e das especificidades de cada resíduo.
- **Separação e coleta seletiva:** é condição sine qua non para a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos a implementação de coleta seletiva interna no meio de hospedagem para dar prosseguimento ao processo de segregação e tratamento dos resíduos.
- **Reutilização de resíduos orgânicos:** a compostagem dos resíduos orgânicos, provenientes dos restos alimentares e de poda e capina permitem a reintrodução na natureza de insumo por meio do composto.
- **Seleção e uso de insumo:** planejar e implementar medidas para minimizar o uso de insumos impactantes e contaminantes.

4. O caso de Caeté/MG

Foram identificados nove meios de hospedagem na área rural do município de Caeté-MG designados aleatoriamente pelas letras A, B, C, D, E, F, G e H que foram georreferenciados e mapeados (MAPA 1).

Os resultados dos questionários aplicados aos responsáveis pelos meios de hospedagem da área rural de Caeté mostram que estes não aderiram ao sistema oficial de classificação da EMBRATUR nem adotam as práticas que a norma ABNT/NBR 15401/2006 estabelece para o turismo sustentável. Os responsáveis pelos meios de hospedagem alegam desconhecer as normas e os aspectos legais relativos à gestão e ao gerenciamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos gerados nos seus empreendimentos (QUADRO 1).

O desinteresse em adotar um programa de gerenciamento ambiental de resíduos sólidos evidencia o desconhecimento ou a desmotivação no tocante aos procedimentos de um manejo adequado para o meio ambiente e o turismo. Observou-se também que, tanto maior o empreendimento, menor é o compromisso e a motivação em implementar um plano de gestão de resíduos.

Os meios de hospedagem foram agrupados em função dos critérios de capacidade (UH/leito) e de geração de lixo (kg/mês). A avaliação quantitativa de lixo exige procedimentos metodológicos relativos à composição gravimétrica e ao seu peso específico que não fazem parte dos objetivos desta pesquisa. Desta forma, fez-se uma inferência, em campo, para estimar a quantidade de lixo gerado em cada meio de hospedagem pelo registro da periodicidade do volume coletado no meio hospedagem como um todo mensalmente.

A partir do mapeamento observa-se que os meios de hospedagem estão localizados, preferencialmente, em áreas de preservação (4 em duas APAS diferentes) e nas cabeceiras das micro-bacias (5). As setas apontam a direção da drenagem e, conseqüentemente, da poluição pelos cursos d'água, para os municípios vizinhos de Sabará e Taquaraçu, nos setor noroeste do mapa (MAPA 1).

QUADRO 1 – Abordagem dos aspectos ambientais e do turismo pelo meio de hospedagem

Aspectos		Interesse na adoção de um programa de redução de lixo	Aspectos socioambientais e do turismo sustentável	Responsável pelo meio de hospedagem
Grupos				
1	F	Preciso enquadrar o meu programa a esta metodologia.	O gerenciamento permite o aproveitamento ecológico do lixo e permite a interação do meio de hospedagem com os hóspedes e a população do entorno.	proprietário
	H	Não tem interesse	Não soube responder.	gerente
2	C	Considera o lixo muito “reduzido”. Não tem interesse.	Não soube responder.	gerente
	D	Tem interesse e procura se informar sobre o assunto em revistas especializadas.	Melhoria da qualidade do meio ambiente.	proprietário
	G	Gostaria de adotar para obter renda com a venda dos recicláveis.	Quanto menos lixo melhor a imagem do meio de hospedagem.	proprietário
3	A	Tem interesse para resolver o problema do lixo que os hóspedes trazem de Belo Horizonte.	Educação para os hóspedes. Educação ambiental nas trilhas e matas. Implantar a coleta seletiva.	gerente
	B	Tem interesse inclusive em treinar os funcionários.	Melhorar a imagem do meio de hospedagem para o turismo.	gerente
	I	Não tem interesse	Não soube responder.	gerente
4	E	Tem que ser levado ao conhecimento do dono tendo em vista os investimentos envolvidos.	Não soube responder	gerente

Fonte: questionário semi-estruturado.

Em seguida foi feita a distribuição das classes das estimativas de geração de lixo nos empreendimentos e estas informações estão mapeadas na base cartográfica do estudo (TABELA 1 e MAPA 1).

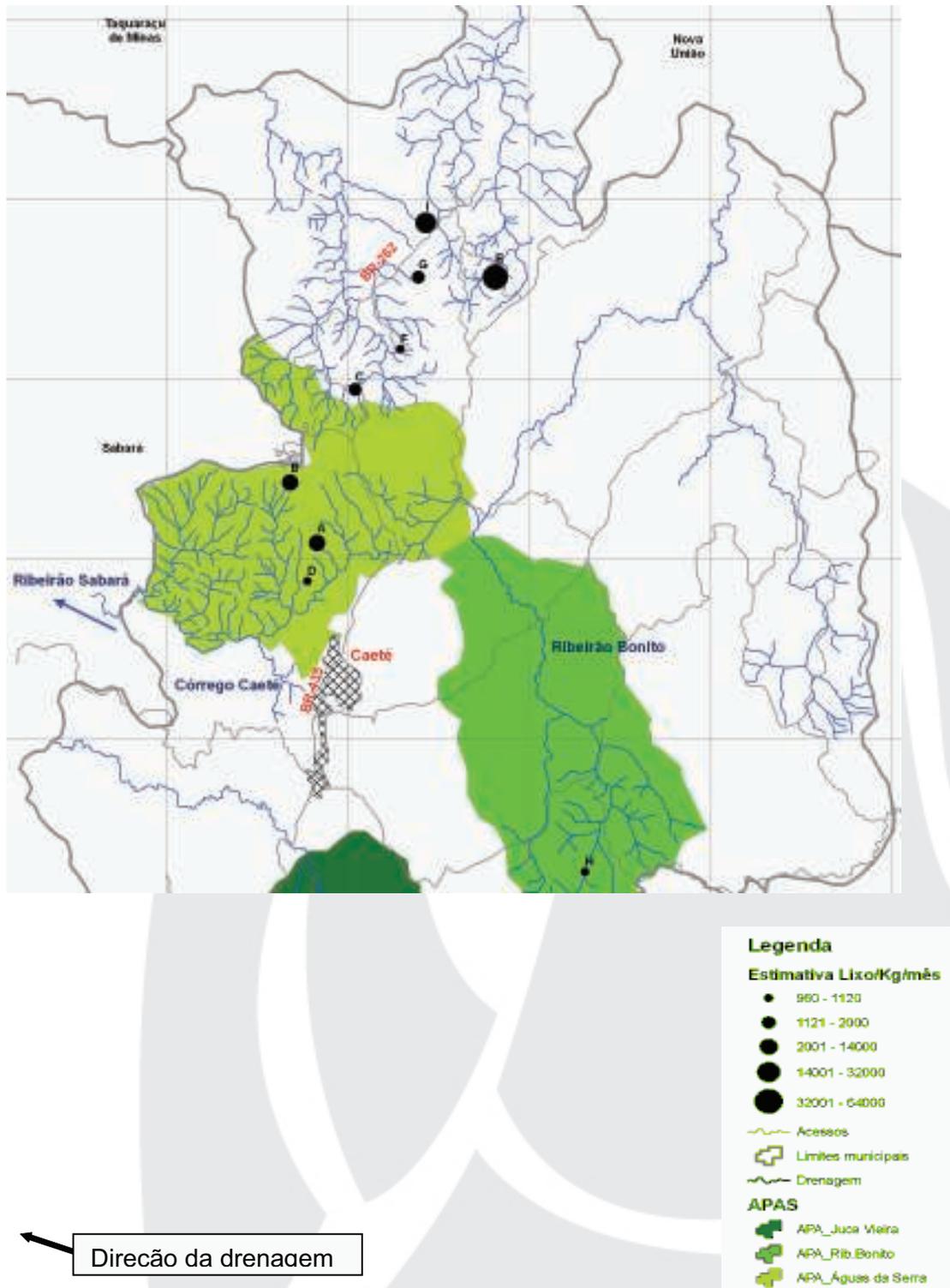
TABELA 1 - Classes de distribuição dos meios de hospedagem em função da estimativa de geração de lixo

CLASSE G	ERAÇÃO DE LIXO M	EIOS DE HOSPEDAGEM
1 ^a	960 a 1120	D, F e H
2 ^a	1121 a 2000	C e G
3 ^a	2001 a 14000	A e B
4 ^a	14001 a 32000	I
5 ^a	32001 a 64000 E	

Fonte : pesquisa em campo

O município de Caeté gera, em seu território, 387 toneladas de lixo por mês. Isto equivale a 0,501 kg/dia por habitante. Os resíduos sólidos são de procedências variadas: domiciliar, público, comercial, dos serviços saúde, do terminal rodoviário e entulho em geral. A coleta do lixo é convencional e terceirizada. Não há coleta seletiva, nem reciclagem, nem usina de compostagem. O lixo é recolhido de acordo com um plano com rotas, períodos e freqüências definidos. É transportado até o seu destino final, por meio de caminhões, num aterro sanitário particular no município de Sabará.

Os dados referentes à geração, ao tratamento e ao destino dos resíduos sólidos foram obtidos por meio da aplicação de questionários semiestruturados junto aos administradores ou proprietários dos empreendimentos. Dos nove meios de hospedagem, apenas A, B, E e I são atendidos pela coleta convencional da prefeitura. Os meios de hospedagem C, D, F, G, e H não são atendidos pelo serviço de coleta municipal e queimam ou enterram em valas o lixo gerado no seu interior sem qualquer tipo de tratamento. A compostagem de resíduos orgânicos não é feita em nenhum empreendimento. Quando indagados dos motivos, alegaram desconhecer a prática (3), achar desnecessário (4) ou muito trabalhoso (2). O potencial de reciclagem não é aproveitado em nenhum dos meios de hospedagem. A totalidade dos responsáveis pelos empreendimentos desconhece o potencial de geração de resíduos perigosos assim como a legislação pertinente a eles.



MAPA 1 - Localização e distribuição dos meios de hospedagem em função da estimativa da geração de lixo (kg/mês)

Fonte : pesquisa em campo

5. Considerações finais: das normas legais à realidade, no modelo do geossistema.

Os estabelecimentos de hospedagem interagem diretamente com o meio ambiente em área rural por isso, precisam contribuir para a preservação patrimonial ambiental e cultural. Considerando a abordagem do problema na perspectiva do geossistema, o gerenciamento de resíduos e a preservação patrimonial estão intimamente ligados para garantir minimamente a sustentabilidade dos estabelecimentos de hospedagem.

Quando a entrada de insumos e de energia é submetida a um sistema de gestão ambiental ocorre a poupança de capital natural e diminui a pressão no sistema ambiental devido à redução de resíduos na fonte e a serem descartados nos destinos finais, aterros sanitários ou lixões a céu aberto. O setor de hospedagem no sistema ambiental e sócio econômico movimentam fluxos de insumos e energia além de gerarem grandes quantidades de lixo que, no caso de Caeté/MG representam significativos 32% em relação ao total gerado o que reforça a necessidade de adotar um gerenciamento de resíduos ambientalmente adequado.

Ao analisar o Plano Diretor de Caeté percebeu-se a ausência de objetivos especificamente voltados para a adoção de programas para o desenvolvimento e controle ambiental do setor hoteleiro articulando-se o meio rural e o turismo. Desta forma pontua-se a necessidade de desenvolver estratégias para o desenvolvimento do turismo e do meio rural a partir do mapeamento da cadeia produtiva do setor hoteleiro que é propulsor do desenvolvimento na área rural e da preservação dos recursos ambientais.

A adoção desse tipo de programa é um passo fundamental para cumprir o propósito das agendas global, brasileira e local no sentido de tornar os modos de produção e de consumo atuais mais sustentáveis e de fazer prevalecer o valor intrínseco dos recursos naturais.

No âmbito do turismo nacional adotou-se uma profusão de programas, regulamentações e normalizações técnicas voltadas para desenvolver o turismo sustentável, de filiação internacional, nos moldes das agendas ambientais globais e para o turismo e viagens da Organização Mundial do Turismo. Entretanto o alcance das normas, dos padrões e dos requisitos é restrito e de pouco acesso por parte da grande massa de pequenos e médios empreendedores do setor hoteleiro. Por serem de caráter voluntário, as normas e os parâmetros legais relativos aos resíduos sólidos dos meios de hospedagem nem sempre são aplicados, nem obedecidos. Isso impede o rigor na sua aplicação e na sua fiscalização de seu cumprimento. Ainda, o caráter voluntário deixa a decisão de sua aplicação à mercê da necessidade do empreendedor e não das exigências legais, o que é, a nosso ver, um contrasenso.

Por outro lado, verificou-se também a deficiência na capacitação técnica dos responsáveis pelos meios de hospedagem no tocante às questões relativas às implicações ambientais dos resíduos sólidos gerados no interior dos empreendimentos hoteleiros e ao gerenciamento ecológico de suas empresas.

Deve-se encontrar meios de junção entre as normas reguladoras e as realidades socioeconômica e espacial onde se encontram os empreendimentos de forma a efetivar o cumprimento dos requisitos legais relativos não apenas aos efluentes sólidos, mas, a todo um sistema de gestão ambiental empresarial.

A desarticulação entre os setores administrativos municipais, entre os instrumentos legais, tais como o Plano Diretor e o Zoneamento Ecológico Econômico, e o setor hoteleiro, fragiliza a estrutura organizacional e legal. Isso dificulta a aplicação das diretrizes voltadas para um gerenciamento ambiental adequado, não apenas dos resíduos sólidos, mas, dos meios urbano e rural de forma integrada e sistêmica no território municipal.

A partir da análise do material documental, das visitas em campo e da interpretação dos

resultados da pesquisa foi feito um conjunto de proposições no âmbito legal, da gestão ambiental, do turismo e do gerenciamento dos resíduos sólidos em escala local (municipal e do empreendimento). No âmbito legal municipal,

- sugere-se a criação de uma política municipal de resíduos sólidos e a implementação do gerenciamento ambientalmente correto do lixo municipal. Na medida em que o município adotar a gestão ambiental dos resíduos gerados no seu território ficará facilitada uma adoção do gerenciamento de resíduos no interior dos meios de hospedagem com a priorização dos requisitos referentes aos resíduos sólidos constantes das normas reguladoras;
- propõe-se a retomada dos planos de gestão e de gerenciamento dos resíduos sólidos municipais para respaldar iniciativas do setor privado. Isso é necessário para articular a gestão pública municipal com a gestão do setor dos meios de hospedagem de forma integrada e cooperativa. O meio de hospedagem, na outra ponta do processo, deve adotar um sistema de gestão ambiental dos resíduos sólidos. O planejamento e a gestão dos resíduos sólidos de forma integrada entre município e os meios de hospedagem pode fortalecer o turismo e o setor hoteleiro;
- é preciso mapear a cadeia produtiva do meio rural tendo em vista a simbiose entre os produtores rurais e o turismo em área rural pelo viés da gestão ambiental dos resíduos sólidos do município e dos meios de hospedagem. A qualidade dos serviços turísticos é um atrativo somado aos inúmeros atrativos naturais locais.

A implementação de programas para a gestão ambiental dos resíduos sólidos dos meios de hospedagem perpassa pelo encadeamento dos setores produtivos do meio rural em conjunção a uma política de desenvolvimento do turismo e do meio ambiente do território municipal de forma integrada, sistêmica e participativa.

Referências Bibliográficas

CHRISTOFOLETTI, Antônio. Modelagem de Sistemas Ambientais, 2. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 2002

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA/EMBRAPA, disponível em www.embrapa.com.br, acessado em março de 2006.

FERREIRA, Cynthia Fantoni Alves. Proposta de um Protocolo de Referência para Sistemas de Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos em Pequenas Comunidades, 2004. Dissertação de Mestrado (Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia, UFMG, Belo Horizonte, 2004

GARABINI, Patrícia Pedrosa. Turismo, Sustentabilidade e Meio Ambiente: o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos dos Meios de Hospedagem em Área Rural – o caso de Caeté/MG. 2008. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente). Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2008.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SHENG, Fulai. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In Cavalcanti, Clovis (org), Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3 ed. São Paulo: Cortez: Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: www.sosmataatlantica.com.br. Acesso em março de 2006.

Gestão Mercadológica do Ecoturismo na Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Sucuri, Bonito-MS

Heros Augusto Santos Lobo¹, Helaine Aparecida Silva Souza²

¹Doutorando em Geociências e Meio Ambiente – Bolsista pela CAPES. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE/UNESP, Rio Claro-SP.

E-mail: heroslobo@hotmail.com

²Bacharel em Turismo, Pós-Graduada em Administração – Gestão Organizacional. E-mail: helainexy@hotmail.com

Resumo

A região de Bonito, Mato Grosso do Sul, é mundialmente conhecida em função do ecoturismo. Dentre seus principais atrativos se destaca o Rio Sucuri, localizado na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – São Geraldo. A presente pesquisa analisou o perfil socioeconômico e a satisfação dos turistas quanto ao passeio de flutuação no Rio Sucuri. A pesquisa exploratória realizada contou com pesquisas bibliográficas, de campo e entrevistas, com os resultados tabulados e analisados no software Statistics Package for Social Sciences – SPSS. Os resultados e discussões apresentam as características básicas dos fluxos de visitação e do perfil dos visitantes, ambos contrastados com pesquisas anteriores, bem como propostas para incrementar a gestão mercadológica e ambiental do atrativo. As conclusões levantam novos questionamentos para a continuidade das pesquisas no atrativo e na região, com foco nos fluxos turísticos da Serra da Bodoquena, na conservação ambiental por meio do ecoturismo e na qualidade da experiência turística como ponto-chave para a mitigação dos impactos ambientais negativos, bem como para a percepção e interpretação ambiental.

Palavras-chave: Ecoturismo. Unidade de Conservação. Marketing turístico. Turismo sustentável. Serra da Bodoquena.

Marketing Management of Ecotourism in Private Reserve of Rio Sucuri Natural Humanity Patrimony, Bonito-MS

Abstract

The region of Bonito in Mato Grosso do Sul is known world-wide for its ecotourism. One of the main attractions is the Sucuri River, which is located on the private reserve of natural heritage (RPPN) of São Geraldo. The present paper analyzes the socio-economic profile of tourists and their satisfaction in relation to the activity of floating down the Sucuri River. It involved bibliographic research, field studies, and interviews. The results were tabulated and analyzed using the software Statistics Package for Social Sciences (SPSS). The results and discussions present the main characteristics of the flow of visitation and the profile of the visitors; both are compared to previous research, and proposals are made for an increase in marketing and environmental management of the attraction. The conclusions call for the continuity of research on the attraction and the region, focusing on the flow of tourists in Serra da Bodoquena, environmental conservation via ecotourism, and the quality of the touristic experience as a key to the mitigation of negative environmental impacts, as well as environmental perception and interpretation.

Key-words: Ecotourism. Natural Protected Area. Touristic Marketing. Sustainable Tourism. Serra da Bodoquena.

1. Introdução

O mundo presencia grandes e marcantes transformações econômicas, políticas e sociais. No caso das Unidades de Conservação – UCs –, a tendência destas mudanças se traduz, cada vez mais, na pressão pelo uso de espaços específicos para a visitação turística, no sentido de dotá-los de condições e infra-estrutura adequadas para atender com segurança e qualidade os visitantes.

As UCs devem priorizar a proteção à natureza, divididas em Unidade de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Dentre as UCs de Uso Sustentável, destacam-se no presente estudo as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs –, áreas de domínio privado que buscam conservar a biodiversidade de um local, permitindo a realização de estudos científicos, ações de educação ambiental e o ecoturismo (BRASIL, 2000). Muito embora sejam áreas selecionadas para a conservação da natureza, as RPPNs, em muitos casos, têm sido criados por meio de estratégias mercadológicas de atratividade ecoturística e de manutenção “sustentável” da atividade a longo prazo. Nesse contexto, buscam se posicionar de forma menos predatória do que as demais atividades turísticas realizadas em meio às áreas naturais, por questões legais e para manter o seu produto inserido nos interesses do mercado.

Todavia, o mercado é mutável, dado que o comportamento de compra do consumidor se altera em função de sua classe social, influências externas da mídia, modismos, status social e outros fatores motivadores e condicionantes (COBRA, 2001). Além disso, na contemporaneidade os turistas têm também buscado um contato maior com a natureza em seu aspecto intocado (ANDRADE, 1995), em contraposição à vida agitada e sufocante dos grandes centros urbanos (RUSCHMANN, 2004). A busca pelo diferente, pelo inusitado, se materializa nas áreas naturais protegidas, espaços consagrados pela sociedade moderna e geradores de diferenciação social através da manutenção do ideário de wilderness (DIEGUES, 2000). Todavia, a natureza almejada pelos turistas não pode ser tão bruta e hostil, dado que estes, muitas vezes, não estão dispostos a abrir mão do conforto das estruturas artificiais de origem antrópica (MORETTI, 2001).

Conhecer as tendências de consumo do mercado e suas nuances é uma importante estratégia de gestão para as UCs privadas, que por sua natureza, priorizam também o lucro. Desta forma, a presente pesquisa partiu do seguinte questionamento: qual o perfil e as preferências de consumo dos turistas que visitam a RPPN Fazenda São Geraldo?

Na busca pela resposta a este questionamento, a pesquisa realizada teve como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico dos turistas de seu principal atrativo natural, o Rio Sucuri, bem como seu grau de satisfação quanto aos serviços prestados. Também foram definidos como objetivos específicos: analisar a compreensão dos turistas em relação aos atributos naturais da RPPN e confrontar as suas expectativas com as premissas de conservação da área natural sob estudo.

2. Métodos e etapas da pesquisa

A metodologia de pesquisa utilizada no desenvolvimento deste trabalho teve caráter teórico empírico, desenvolvida na forma de um estudo exploratório. “A pesquisa exploratória têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1994, p. 44). A escolha deste método de pesquisa deve-se à necessidade de se obter uma visão inicial acerca dos turistas que visitam a RPPN São Geraldo, que tem como maior atrativo ecoturístico o Rio Sucuri. A RPPN está localizada na região conhecida como Serra da Bodoquena, no município de Bonito.

A Serra da Bodoquena localiza-se a sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. A área

do município de Bonito abrange o total de 4.934 km², correspondendo a 1,4% das terras do Estado. Este local onde está situada a cidade de Bonito há alguns anos era propriedade do Sr. Luiz da Costa Leite Falcão, conhecida na época como fazenda Rincão Bonito (VARGAS, 2001).

O turismo é a segunda atividade de importância econômica para o município, sendo a pecuária a de maior destaque, pois é uma prática antiga tanto da região quanto do estado (MARIANI, 2003). A economia se baseia na agropecuária, extração mineral, recursos pesqueiros e atualmente no turismo (MAGALHÃES, 2001). Bonito localiza-se a 290 km da capital Campo Grande e a mais de 1.000 km das grandes metrópoles brasileiras (Figura 1).

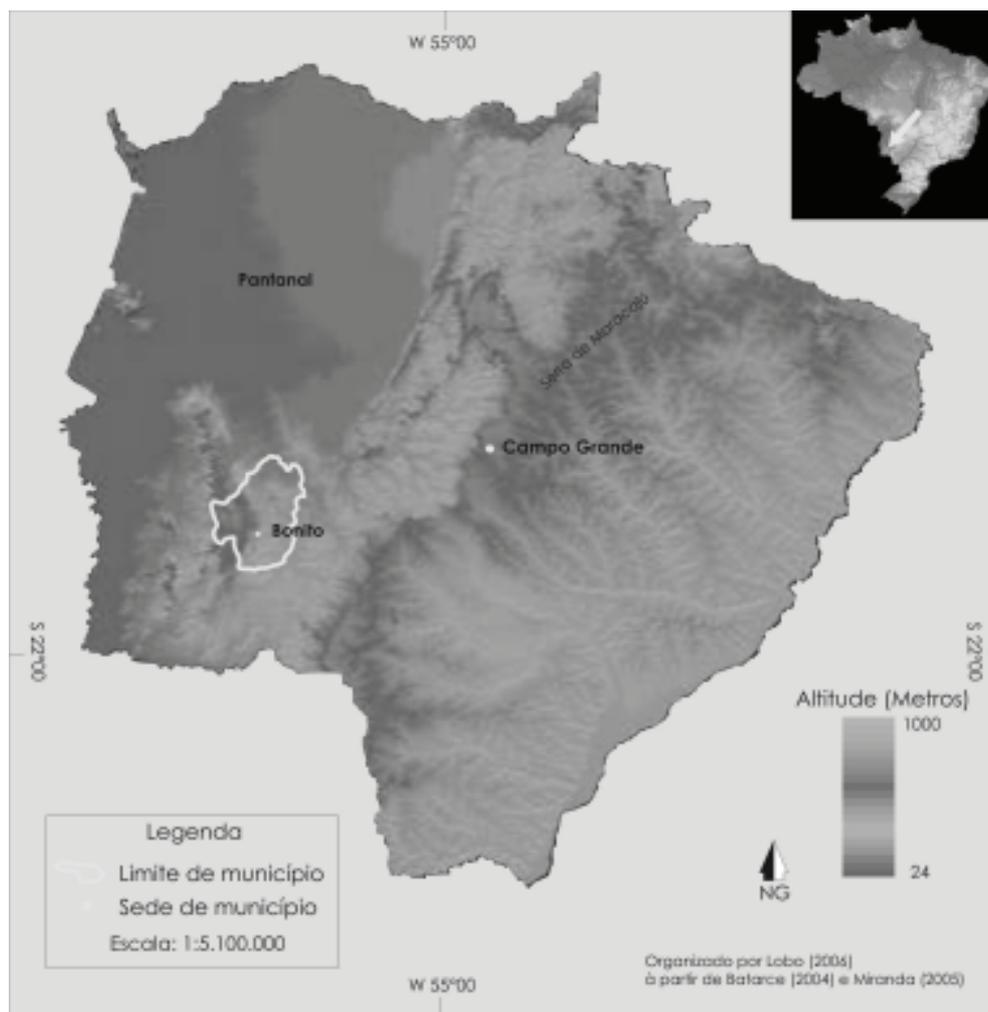


Figura 1 – Localização do Município de Bonito-MS (adaptado de LOBO, 2006)

As características físicas da Serra da Bodoquena se constituem em seu grande atrativo. Geologicamente, a Serra está associada às rochas carbonáticas do Grupo Corumbá, do período Pré-Cambriano, sendo sustentada por calcários calcíticos. Trata-se de um carste dominado por cones na porção sul, e sistemas fluviais com rios encaixados e menor influência de um sistema cárstico, na porção norte. A inclinação da Serra se dá no sentido Leste, com escarpas da ordem de duzentos metros de desnível a Oeste, voltadas para o Pantanal (BOGGIANI, 2002). As cotas altimétricas variam entre os 350 e 800 metros acima do nível do mar, com uma faixa mais comum entre 400 e 600 metros (SALLUM FILHO et al., 2004). Contrariando algumas informações anteriores, que apontavam a Serra como um carste incompletamente desenvolvido (ALMEIDA, 1965)

e com drenagem predominantemente superficial (DIAS, 2000). Sallum Filho & Karmann (2005, p. 43) afirmam que na Serra da Bodoquena existe “um sistema cárstico bem desenvolvido, com um aquífero de condutos em profundidade, evidenciado por postos para abastecimento e por inúmeras nascentes, mas com cavernas pouco freqüentes acima do nível d’água e de pequeno desenvolvimento”. Em se tratando de uma área cárstica, a dissolução de minerais carbonatados ricos em cálcio e magnésio faz com que a transparência da água seja muito grande. Isto a torna propícia para a prática de atividades recreativas contemplativas e interativas, como é o caso da flutuação no Rio Sucuri (Figura 2).

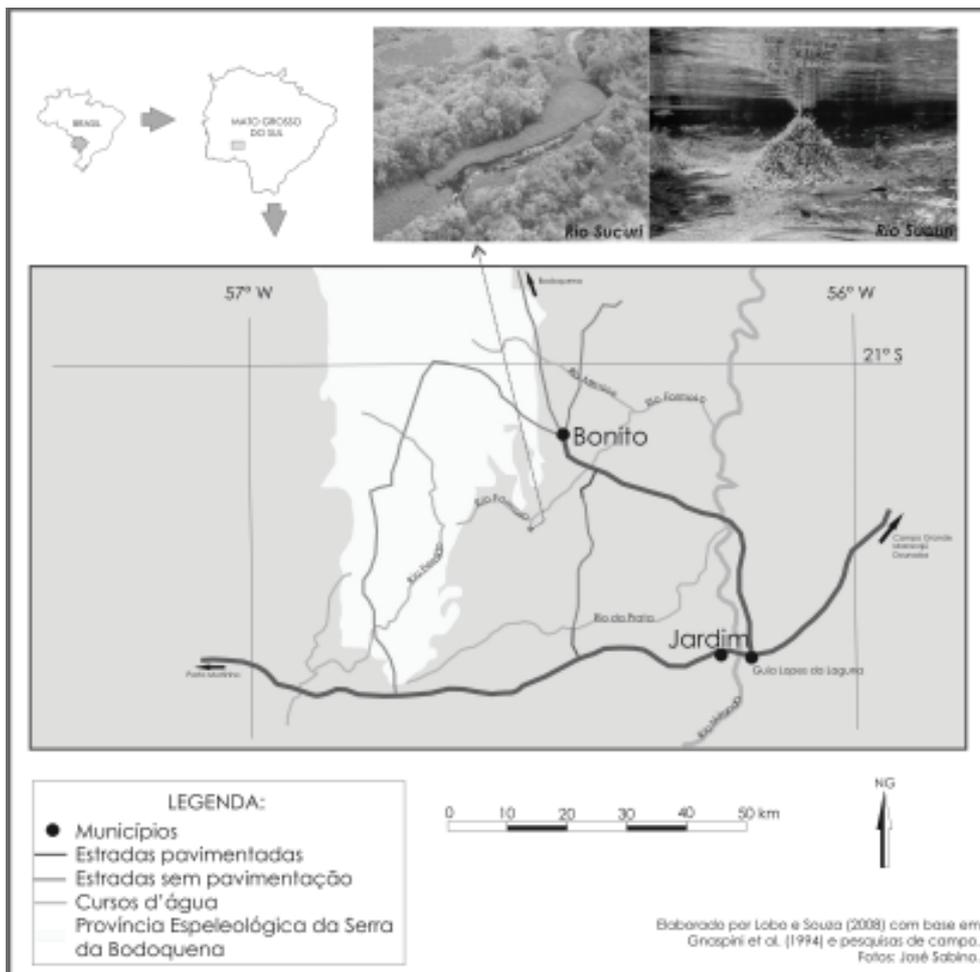


Figura 2 – Localização do Rio Sucuri em relação ao município de Bonito, MS

Considerando a área apresentada, a presente pesquisa buscou suprir uma carência de informações sobre os turistas que a freqüentam e suas preferências. Para tanto, foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e semi-fechadas para dar maior mobilidade e flexibilidade nas respostas. Partiu-se do pressuposto que um questionário tem por finalidade

obter de maneira sistemática e ordenadas informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou uma amostra determinada. Essas informações dizem respeito, por exemplo, a quem são os turistas, o que fazem e pensam, suas opiniões, sentimentos, esperanças e desejos etc (DENCKER, 1998, p. 146).

Os instrumentos de coleta de informações foram formulados com o intuito de obter a informação com o máximo de detalhe possível, sem, entretanto, cansar o pesquisado

– lembrando que este se encontrava em seu momento de lazer. Ao todo foram aplicados 150 questionários, no período de 01 a 28 de março de 2007.

A tabulação, o tratamento estatístico e a análise dos dados coletados foram realizados por meio do programa de análise estatística Statistics Package for Social Sciences (SPSS), utilizado para análises quantitativas em ciências sociais.

3. Caracterização geral do ecoturismo em Bonito

O município de Bonito tradicionalmente teve sua economia pautada na agropecuária. Até os anos setenta, os recursos naturais que atualmente são considerados como atrativos turísticos eram utilizados como espaços de lazer dos munícipes, sendo pouco conhecidos por pessoas de fora da região (BARBOSA & ZAMBONI, 2000; VARGAS, 2001). O café despontava como uma nova perspectiva econômica, recebendo incentivos políticos e financeiros, sobretudo por parte do Instituto Brasileiro do Café – IBC. Tal expectativa não se confirmou, pois as lavouras não apresentaram a produtividade esperada (VARGAS, 2001).

No período posterior, os anos oitenta, a Serra da Bodoquena voltou a ocupar o espaço das expectativas de desenvolvimento econômico no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa fase foi fomentada pelos estudos de potencial para mineração, feitos pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM –, no final da década anterior. A construção da Fábrica de Cimento Eldorado da Camargo Corrêa, em Bodoquena, contribuiu para o fortalecimento desse panorama, gerando grande expectativa de aumento no número de empregos no município. Entretanto, a fragilidade ambiental era cada vez mais ressaltada, por meio dos Estudos de Impactos Ambientais – EIAs – para a concessão de lavras minerárias, e pela pressão de grupos ambientalistas e da população local. Em 1988 a Prefeitura Municipal de Bonito desapropriou a área do atual Balneário Municipal, no intuito de fornecer possibilidades de lazer aos munícipes (BOGGIANI, 2001). Foi também à mesma época que a prefeitura editou o primeiro folheto turístico do município (MARIANI, 2003). Além do Balneário Municipal, outros atrativos como a Gruta do Lago Azul, a Ilha do Padre, os rios do Peixe e Sucuri e o Aquário Natural também começaram a receber turistas.

Mas os aspectos que levaram ao crescimento definitivo do turismo em Bonito foram a realização do primeiro curso de guias de turismo de Bonito, entre 1992 e 1993, e a expedição Franco-Brasileira Bonito 92 (BOGGIANI, 2001). Grechi (2002) acrescenta a exposição na mídia televisiva de massa como um fator igualmente importante, potencializando e ampliando o conhecimento geral sobre a existência das particularidades ambientais da Serra da Bodoquena. Paralelo ao crescimento do turismo – rotulado sob a alcunha de ecoturismo –, cresceu também a preocupação com a manutenção do ambiente local, visando diminuir a sua degradação e a ampliação da segurança dos turistas.

Uma das iniciativas mais relevantes para o controle do volume de visitação dos atrativos em Bonito foi a adoção do voucher unificado. Trata-se de um instrumento de controle, gerenciado pela Central de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – do município. O sistema foi implantado oficialmente a partir da Resolução nº 001/95 do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, após uma série de negociações junto ao trade. Uma das vantagens que apresenta é a possibilidade da prefeitura de controlar a arrecadação de impostos gerados pelo turismo nos atrativos e nas agências, já que os talões de voucher são numerados e direcionados pela municipalidade às agências. De forma acessória, o voucher também auxilia no controle de capacidade de visitação dos atrativos, que, por meio dos acordos estabelecidos entre os atores do turismo, não recebem muitos turistas se não for por meio das agências, de forma a inseri-los ao máximo no sistema de controle de visitação. A exceção fica por conta dos balneários particula-

res, que não operam sob a mesma lógica, e que excedem o número de visitantes na alta temporada, o que amplia as conseqüências negativas do turismo (LOBO, 2006).

O destino Serra da Bodoquena é vendido como ecoturístico e sustentável. Todavia, ele não poderia ser assim chamado, se observadas as teorias sobre tais formas de turismo, tendo como base principal a definição de ecoturismo dada pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (BRASIL, 1994); e as duas vertentes – conservacionista ou sustentável – que, conforme análise de Pires (2002), este segmento turístico pode adquirir.

Ao analisar a relação entre o custo ambiental versus o benefício social gerado pelo turismo na região, pode-se obter um resultado relativamente positivo. O turismo, causador de impactos ambientais como qualquer outra atividade antrópica, não apresenta os mesmos níveis de desmatamento e transformação primária da paisagem que outros setores da produção econômica, dado que necessita da natureza conservada para sua existência. Entretanto, ainda se encontra num patamar distante de um ideal de sustentabilidade permeado nos preceitos e conceitos de ecoturismo. Na prática, de um modo geral conta-se com o bom senso dos proprietários de atrativos na questão dos limites de visitaçã, de forma a não exceder a sua capacidade de suporte. As pesquisas de campo possibilitaram a observação da pressão exercida pelo poder público local, pelos guias de turismo e alguns outros atores do trade para a ampliação da capacidade de visitaçã dos principais atrativos, na ânsia de recuperar volume de mercado – sobretudo na alta temporada. Certamente, esse jogo de interesses se apóia mais nos aspectos econômicos do que ecológicos – o que foge dos preceitos de uma relação ecologicamente sustentável.

4. O ecoturismo na RPPN Fazenda São Geraldo – Rio Sucuri

Em 1890 a família Pinheiro veio do estado do Paraná para a região de Bela Vista e se estabeleceram no município. Com perspectiva de expandir seus negócios resolveram comprar terras na região de Bonito, quando então adquiriram a fazenda São Geraldo no ano de 1908 da Sra. Leucádia Alves Salgueiro, pecuarista.

Desde 1908, a família Pinheiro já desenvolvia como atividade econômica a pecuária extensiva. No ano de 1962 o setor recebeu investimentos e, em conseqüência desta ação, nos anos seguintes houve melhoria nas pastagens, havendo um crescimento no número de cabeças de gado.

Em meados de 1980, outra atividade ganhou destaque na fazenda, a lavoura de soja, que se estendia por seis mil hectares. Nesta época começou o rodízio entre os setores da lavoura e pecuária. Outro fato que merece destaque foi o início da exploração do calcário calcítico, ocorrido em 1993, mesma época em que se iniciou o turismo na propriedade.

Em 21 de maio de 1999, foi oficializada nos limites da fazenda a RPPN Fazenda São Geraldo, mediante a deliberação nº 003/98 do Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA. Com uma área de 642 hectares, compreende a micro-bacia do Rio Sucuri e a margem direita do rio Formoso, situado dentro dos limites da fazenda. Esta área foi a segunda RPPN homologada pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA – de Mato Grosso do Sul. É importante destacar que a área já era uma Área de Preservação Permanente – APP – antes de se tornar uma RPPN (COSTACURTA, 2006). A sua área corresponde a 642 hectares, o que corresponde a 7,63% da área total de 8.406 hectares da fazenda.

Em 1993 ocorreu a promulgação das leis específicas para RPPNs, no Mato Grosso do Sul. No Estado, até o ano de 1998 haviam três RPPNs conforme a lei estabelece, além de outras quatro em processos de homologação. Duas reservas instituídas estão

situadas na região de Bonito: RPPN Fazenda São Pedro Barra com 8.000ha e a RPPN Fazenda São Geraldo com 642 ha (SEMADES apud MORSELLO, 2001).

Na RPPN Fazenda São Geraldo é desenvolvido o ecoturismo, com passeios de trilhas e de flutuação (snorkeling) no Rio Sucuri. O passeio desde o início ao retorno ao receptivo dura cerca de duas horas. Para circular no atrativo, utilizam veículos para levar os turistas ao início da RPPN, onde são realizadas caminhadas na trilha de aproximadamente 500 metros, cujo substrato é composto por bolachas de madeira para minimizar parte dos impactos ambientais advindos do pisoteamento. Na trilha se visualiza a fauna e flora locais, as nascentes que formam o rio Sucuri e as ressurgências da água ao longo do curso do rio.

Após este percurso na trilha se inicia o passeio de flutuação, com um percurso aproximado de 1.800m. Àqueles que não conseguirem fazer a flutuando, possuem a opção de utilizar o barco de apoio, para descer o rio apenas observando. Encontram-se no trajeto dois decks de apoio com rádios de comunicação para socorrer ou dar assistência para o visitante que apresente alguma dificuldade de realizar o passeio. A flutuação finaliza em um deck de madeira, ponto que se caminha em torno de cinquenta metros em decks suspensos com uma trilha com bolachas de madeira para retornar ao receptivo no transporte do atrativo. Os passeios de bicicletas e cavalos são realizados em trilhas abertas e fechadas, em outros pontos da fazenda.

A antiga sede da fazenda foi transformada no receptivo do atrativo natural Rio Sucuri e adaptada para receber por volta de cento e vinte pessoas ao dia. Para fazer o passeio de flutuação, o limite estipulado conforme a regulamentação da SEMA é de 15 grupos de oito pessoas, com acompanhamento de guias locais e sob a supervisão constante de um biólogo. A figura 3 demonstra alguns dos aspectos gerais do receptivo turístico e da flutuação no Rio Sucuri.



Figura 3 – Diferentes pontos do passeio de flutuação. I – Receptivo; II – Trecho da trilha em decks de madeira, com espécimes da fauna local; III – Turistas no deck de contemplação da nascente; IV – turistas descendo o Rio Sucuri, em atividade de flutuação.

Fotos: I Helaine A. S. Souza; II a IV: Acervo Rio Sucuri

5. Resultados e discussões

5.1 O perfil da demanda e os fluxos de visitação

A RPPN Fazenda São Geraldo está entre os atrativos mais visitados da região de Bonito. O passeio de flutuação no Rio Sucuri é o grande diferencial do atrativo, sendo esta modalidade uma das mais procuradas na região. O fluxo anual de visitação no passeio é bastante intenso, com uma forte sazonalidade marcada por picos nas estações verão/inverno – variação comum no destino. Ressalta-se também que pesquisas mais amplas, sobre o fluxo, a sazonalidade e o perfil dos turistas que vão para Bonito ainda não foram realizadas, o que limita as comparações ora realizadas aos dados sobre atrativos específicos. O dado mais preciso, da Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos de Bonito e Região – ATRATUR –, aponta para um total médio de setenta mil turistas anuais entre 2005 e 2006 na região. A figura 4 apresenta o fluxo de visitação de cinco dos mais visitados atrativos de Bonito, para efeito de comparação.

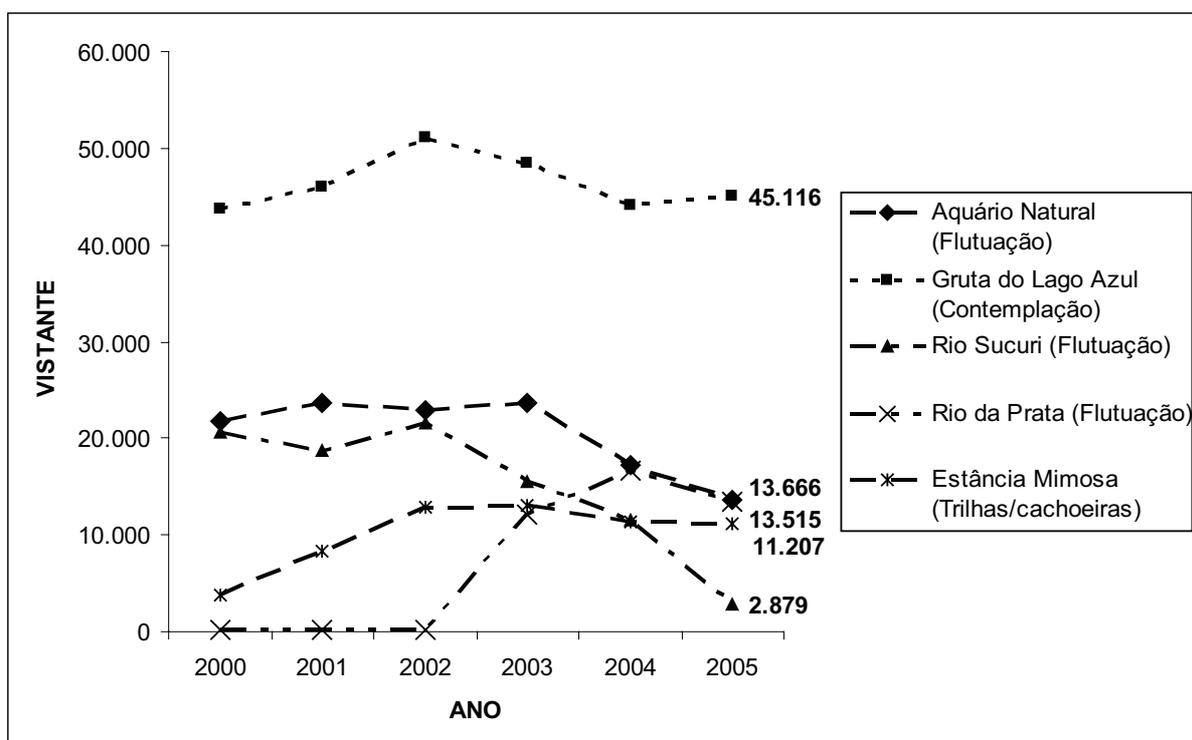


Figura 4 – Curva sazonal de alguns atrativos turísticos da região de Bonito

Fonte de dados: Lobo (2006)

Cabe ressaltar que a queda na visitação do Rio Sucuri se deu por diversos fatores, como as flutuações cambiais do dólar, abertura de novos atrativos e os focos de dengue na região. Todavia, nos anos posteriores o atrativo recuperou seu espaço no mercado, atingindo um total de 17.258 turistas em 2006 e 19.000 em 2007.

O perfil geral dos turistas que freqüentam a RPPN Fazenda São Geraldo é semelhante àquele identificado em outros atrativos na região de Bonito. De um modo geral, há um equilíbrio entre ambos os sexos (50,7% de homens, 49,3% de mulheres), com faixas etárias predominantes de 21 a 31 anos (45,3%), seguida pela faixa que vai dos 31 aos 40 anos (24%). Dos entrevistados, 60,6% possuem no mínimo o nível superior completo de escolaridade. O predomínio do nível superior de escolaridade se repete em atrativos como a Gruta do Lago Azul, com 48% de seus freqüentadores (CUNHA, 2007) e na Estância Mimosa Ecoturismo, com 67,7% da amostra respectiva (YASUNAKA, 2006). Es-

tas informações auxiliam a traçar o perfil médio dos turistas que vão a Bonito, compondo um quadro altamente elitizado. O fato de que apenas 6% dos entrevistados possuem como grau máximo de escolaridade o ensino fundamental corrobora a afirmação acima. Os valores identificados se assemelham à média do ecoturista nacional, cujo nível de escolaridade superior completo chega a 57% (KADOTA et al., 2004).

Mas o quadro que define claramente o poder aquisitivo dos turistas é o seu nível de renda média pessoal mensal. Dos turistas entrevistados, 26,7% - mais de um quarto da amostra – possui ganhos mensais pessoais acima de R\$5.000,00. A figura 5 ilustra as demais proporções dos diferentes níveis pessoais de renda dos entrevistados. Ao considerar a faixa de pessoas que ganham acima de R\$3.000,00 mensais, atinge-se um total de 46,1%, ou seja, quase metade da amostra considerada.

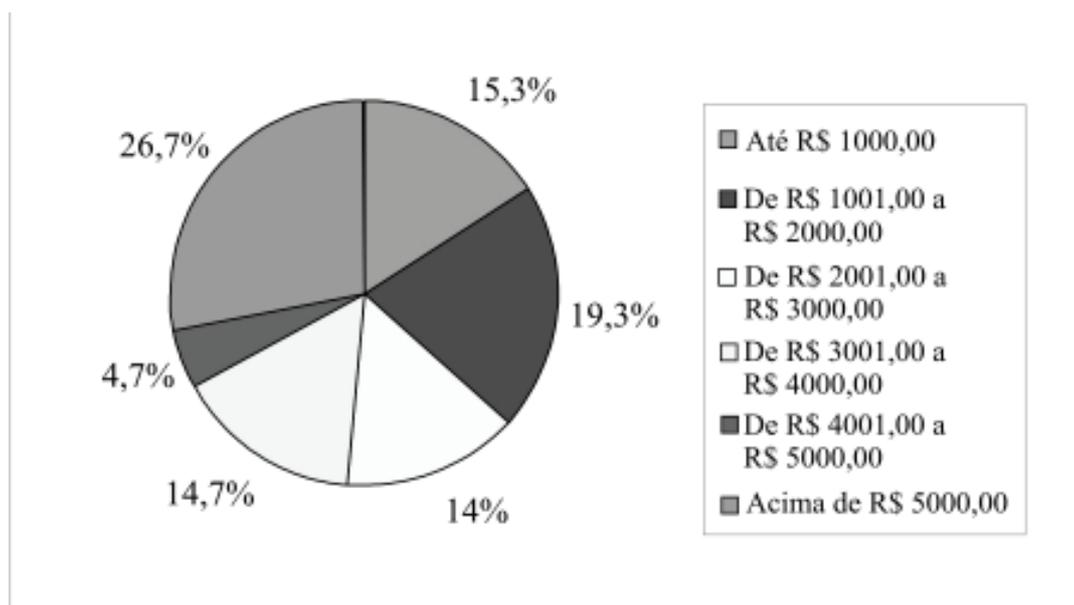


Figura 5 – Renda média pessoal dos visitantes no Rio Sucuri

Fonte: Pesquisa de campo

Outros dados acessórios também foram apurados para delimitar melhor o perfil dos turistas entrevistados. Em sua maioria, são provenientes do Estado de São Paulo (52%). Há também uma parcela expressiva de estrangeiros, chegando a 11,3%, provenientes principalmente do Paraguai, Porto Rico e do México. Além disso, 86% dos entrevistados estavam em Bonito pela primeira vez, representando uma maioria absoluta. Em termos mercadológicos esse dado é expressivo, já que demonstra a volatilidade da demanda e a baixa fidelidade do turista ao destino. A pesquisa não apurou essa linha de forma mais profunda, mas algumas hipóteses podem ser levantadas para pesquisas futuras, relacionando a baixa fidelidade à distância do atrativo dos principais centros emissores ou ao seu custo – já que a falta de opções de passeios pode ser sumariamente descartada, ao considerar que a região oferece, em média, mais de 150 opções de passeios e roteiros distintos.

Por outro lado, a aparente qualidade do passeio reflete em uma alta taxa de indicação de terceiros para a sua realização. Dos entrevistados, 27,3% mencionaram que conheceram o passeio por meio de indicações feitas por amigos e parentes. Esse valor só é menor do que a indicação feita pelas agências e operadoras, que chega a 34%. Com isso são reforçados os diferenciais qualitativos da paisagem e do produto oferecido, ponto chave em um processo de gestão de marketing de um produto ecoturístico.

5.2 A natureza como fator motivador

Diversas pesquisas anteriores (e.g. YASUNAKA, 2005; LOBO, 2006; SILVA, 2007) já focaram nas motivações de viagem dos turistas que vão à Bonito, apontando a natureza como o seu principal atrativo. Dentre os aspectos observados nestas pesquisas, atenta-se para o fato de que os turistas sempre ressaltam a importância da conservação do ambiente, tanto para o turismo quanto para a qualidade de vida. Não raro, se referem ao lugar como um paraíso, o que retoma a concepção edênica de natureza (DIEGUES, 2000).

No caso da presente pesquisa, foram também inseridas algumas questões nesse sentido, de forma a perceber o grau de importância que os turistas conferem à conservação ambiental. Em meio aos resultados tabulados, surgem algumas questões que, a princípio, soam como contraditórias, mas que na verdade são inerentes ao processo de apropriação do mercado sobre a natureza bem como ao ideário consensual de ecoturismo. Como exemplo, 74,7% dos entrevistados afirmaram saber o que é uma RPPN. Um percentual bastante semelhante – 73,3% - afirmou que o fato de o passeio ser realizado em uma RPPN não é decisório em sua escolha em fazê-lo. A contradição aparece quando 49,3% e 35,3% acharam, respectivamente, excelente ou bom fazer o passeio dentro de uma RPPN. Ora, se a existência da RPPN não é decisória para a compra do passeio, por que tamanha satisfação em estar dentro dela? A questão é complexa, e precisa ser analisada sob o aspecto da percepção e da educação ambiental – as mudanças que podem ter ocorrido durante o passeio – bem como sob o aspecto mercadológico – o envolvimento que é feito exatamente para que o turista saia com esta sensação. Além disso, 91,3% dos entrevistados acreditam que o passeio de flutuação não causa impactos ambientais no meio, o que suscita novas questões sobre a relação entre a conservação ambiental e o mercado ecoturístico.

5.3 A qualidade dos serviços prestados e a satisfação do turista

Para a avaliação do grau de satisfação do turista quanto ao passeio, utilizou-se uma escala qualitativa com cinco graus diferentes. Dirigiu-se o foco da pesquisa para os equipamentos e infra-estruturas do passeio de flutuação, considerando que todos os turistas tiveram contato direto com estes, facilitando a sua avaliação. A Tabela 1 sintetiza os itens avaliados e seus respectivos percentuais na escala proposta.

Na análise da escala qualitativa utilizada, o item “bom” se sobressaiu dos demais, com uma média de 55,94% dos apontamentos realizados. Somado ao item “excelente”, atinge-se um total de 75,18% de avaliações positivas para o roteiro. Os itens que mais pesaram na avaliação foram as plataformas de embarque e desembarque (70% bom, 13,3% excelente) e o snorkel (54,7% bom, 24% excelente). Por outro lado, os elementos que mais pesaram na avaliação negativa do passeio foram as roupas de neoprene (9,3% péssimo, 4% ruim) e as botinhas de neoprene (6,7% péssimo, 4,7% ruim). Apesar disso, é importante ressaltar que ambos os itens possuíram uma parcela significativa de apontamentos na escala excelente: 22,7% para roupas e 21,3% para botas de neoprene. Esta informação não torna os dados anteriores relativos, dado que seria necessário saber quais as experiências anteriores dos entrevistados no uso de equipamentos de neoprene para balizar suas escalas de avaliação. Em outras palavras, uma avaliação “excelente” de um usuário que tem seu primeiro contato com o equipamento pode ter um peso diferente da mesma avaliação feita por um usuário freqüente deste equipamento. Essa comparação é útil para estabelecer uma avaliação absoluta da qualidade intrínseca a cada equipamento. Todavia, cabe ressaltar que os dados obtidos são de extrema utilidade para a compreensão do grau de satisfação dos turistas – objeto da presente investigação. Outro dado acessório que auxilia nesta compreensão é que, apesar das

diversas avaliações negativas em alguns dos itens, 94,7% dos entrevistados afirmaram que indicariam o passeio para amigos e familiares realizarem.

Tabela 1 – Equipamentos e estruturas do passeio de flutuação

Equipamentos:	Péssimo	Ruim M	édio B	om E	xcelente
Transporte interno	0,70%	1,30%	19,30%	62,70%	15,30%
Bote de alumínio	0,70%	0,70%	18,0%	62,70%	13,30%
Plataformas (embarque/desembarque)	1,30%	2,70%	10,0%	70,0%	13,30%
Roupa de neoprene	9,30%	4,0%	24,0%	40%	22,70%
Botinhas de neoprene	6,70%	4,70%	16,70%	50,70%	21,30%
Snorkel	4,0%	1,30%	14,70%	54,70%	24,0%
Máscara	3,30%	2,70%	16,0%	52,70%	24,0%
Colete salva-vidas	4,70%	2,70%	17,20%	54,0%	20,0%

Fonte: Pesquisa de campo

Na última questão foi deixado um espaço para fazerem críticas e sugestões ao passeio no Rio Sucuri. Este tipo de questão é importante, dado que denota um pequeno esforço por parte do respondente em formular suas opiniões, ao contrário das questões de múltipla escolha, que de certa forma dirigem o entrevistado a se enquadrar em uma das opções sugeridas. Dos 150 entrevistados, 17,1% se utilizaram deste espaço. As suas opiniões e sugestões foram compiladas em diferentes grupos temáticos (figura 6).

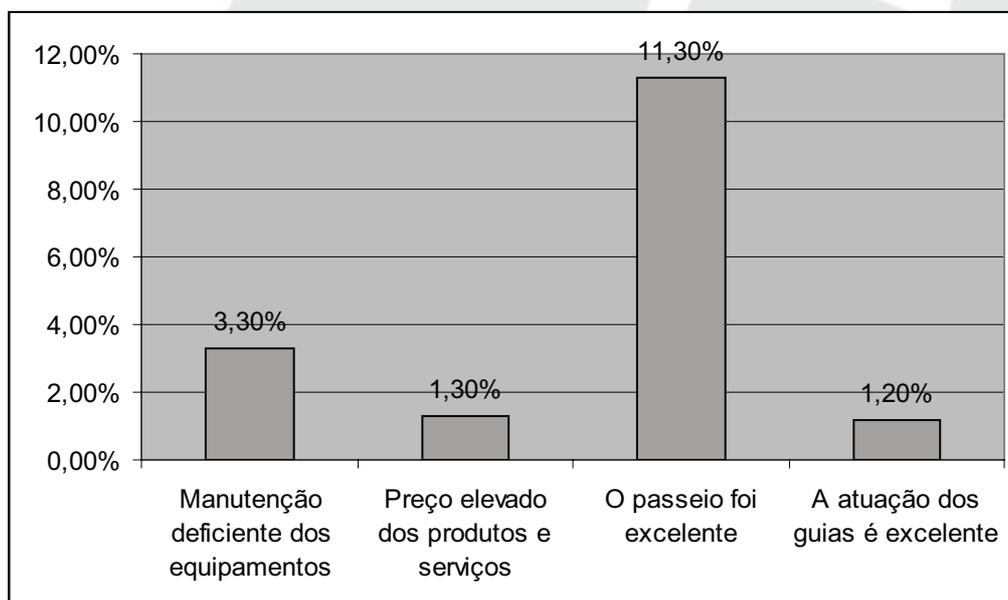


Figura 6 – Resultados compilados da questão aberta

Fonte: Pesquisa de campo

Como observado na figura 6, 12,5% dos entrevistados que fizeram uso do espaço aberto o utilizaram para tecer elogios, quer seja ao passeio, quer aos guias. Apenas 4,6% fizeram algum tipo de sugestão e/ou reclamação, se concentrando na manutenção dos equipamentos e no preço dos serviços prestados.

Kotler (2000, p. 30) lembra que “uma empresa raramente consegue satisfazer a todos em um mercado”. Todavia, com base nas observações dos turistas ao longo da pesqui-

sa, nos resultados apontados nas questões onde o grau de satisfação mensurado foi menor e na questão aberta, foram formulados alguns planos de ação para a RPPN Fazenda São Geraldo, no que diz respeito aos seus passeios ecoturísticos. Estas propostas têm a finalidade de agregar valor aos produtos já comercializados – um diferencial ao que existe como padrão já estabelecido.

1. Utilizar ferramentas de educação ambiental para promover a sensibilização do turista em relação ao meio natural. A educação ambiental pode ser utilizada nos locais que trabalham com visitação turística para ampliar a integração dos turistas com a natureza através da interpretação da biodiversidade e do meio físico local. Assim, poderá fomentar uma reflexão nos visitantes quanto às responsabilidades relativas à conservação da área natural.

Para colocá-la em prática   necessário desenvolver um programa de atividades interativas que coloquem em exercício algumas a oes, como: coleta seletiva de lixo, compostagem de resíduos orgânicos e a sensibilização por parte dos guias. A oes deste âmbito demonstram o comprometimento e uma nova postura da empresa em rela o ao meio natural e à sociedade. Isto denota um posicionamento de vanguarda para uma empresa que tem na natureza o seu principal recurso. Lembra-se ainda que a área que atualmente traz o retorno financeiro para os gestores, embora seja particular,   uma unidade de conservação da natureza. Seus objetivos de ampliação do contato do ser humano com o meio natural, em uma perspectiva mais ampla de altera o comportamental por meio da experiência vivenciada, não devem ser perdidos de vista em detrimento de uma postura meramente mercadológica.

2. Procedimentos para avaliar o tempo de vida útil dos equipamentos, pois todo bem – durável ou não durável – deprecia-se ao longo do tempo. Neste caso os equipamentos estão em contato direto com o ambiente, perdendo a sua qualidade devido ao desgaste gerado pelo atrito, ao uso feito de forma nem sempre adequada e pela deteriora o natural prevista para todo material. Logo, deve-se realizar uma avalia o criteriosa quanto às condi oes reais dos equipamentos; definir um período para a troca e ter um estoque compatível com o número de visitantes, a fim de proceder de forma correta quanto ao processo de lavagem e secagem.

Após esta fixa o de um período para realizar a reposi o no estoque, os custos quanto à compra de equipamentos diminuirão. Caso ocorra somente em longo prazo, todo o material deverá ser substituído de uma única vez, devido o desgaste acumulado, gerando um montante maior de custos.

De forma preliminar, entende-se que para mensurar a vida útil dos equipamentos será necessário levar em conta os seguintes aspectos: a) codificar os equipamentos e criar uma ficha de controle para cada um deles; b) controlar a média de uso dos equipamentos nos períodos de alta e baixa temporada; c) implantar um fundo de crédito para trocas rotineiras e emergenciais dos equipamentos.

3. Potencializar a divulga o dos passeios de cavalo e bicicleta, de forma a fidelizar o turista. Recomenda-se o uso de folhetos específicos para cada passeio, enfatizando suas características para atrair novos visitantes e mantê-los por mais tempo no atrativo. "O marketing não cria hábitos de consumo, mas estimula a compra do produto ou serviços que satisfaçam alguma necessidade latente" (COBRA, 1997, p. 32).

Outra forma de concretizar esta a o consiste em proporcionar descontos especiais para aqueles que desejam realizar os três passeios oferecidos, proporcionando vantagens para a compra na baixa temporada. Propõe-se potencializar as vendas para mercados que enviam um número considerável de turistas, assim negocia-se o preço por regiões. Cobra (1997) lembra que muitas empresas oferecem descontos sazonais em períodos de baixa temporada como uma alternativa viável de sobrevivência no merca-

do. Esta estratégia já foi sugerida por Yasunaka (2006) na análise da demanda turística da Estância Mimosa Ecoturismo em Bonito-MS, apresentando resultados positivos e viáveis para a sua implantação.

6. Conclusões

Os métodos utilizados para a presente pesquisa atenderam de forma satisfatória aos objetivos propostos. O uso de questionários em campo, aplicados após a realização do passeio de flutuação, permitiu a compreensão das expectativas – atingidas ou não – dos entrevistados. A tabulação no software SPSS permitiu a criação de um banco de dados para uso posterior em pesquisas relacionadas ao atrativo e aos fluxos turísticos gerais para a região de Bonito.

Os resultados obtidos por meio da presente pesquisa permitiram a observação de características básicas dos turistas da RPPN Fazenda São Geraldo. No geral, este perfil não se difere muito daquele encontrado em outros atrativos de semelhante potencial mercadológico da região, como a Gruta do Lago Azul e a Estância Mimosa. As diferenças mais significativas observadas não derivam tanto das amostras em si, mas sim, dos distintos formulários utilizados para as pesquisas de cada um destes atrativos. Face ao exposto, é possível levantar uma hipótese sobre a elitização do ecoturismo na Serra da Bodoquena. Entretanto, para que uma pesquisa nesse sentido alcance dados mais amplos e significativos, os atrativos mais populares – como os balneários – e os feriados festivos como o Carnaval precisam ser pesquisados, já que é perceptível a mudança no público que visita Bonito nestes locais e atrativos em relação aos períodos normais de alta temporada e aos atrativos mais famosos.

Quanto aos aspectos da conservação ambiental na RPPN, as respostas obtidas tornam a questão um tanto quanto nebulosa, permitindo questionamentos sobre a real importância que o turista dá para a conservação sob o ponto de vista legal e sob a ótica da sustentabilidade em um prazo mais amplo de tempo. Mas é perceptível também que a natureza ainda é o principal fator motivador do turismo na região, o que não é suficiente para que a forma de praticar o turismo em Bonito seja classificada como ecoturismo sob o ponto de vista conceitual. Muito embora para o mercado esta atividade seja classificada como ecoturismo, aspectos mais profundos relacionados à conservação da natureza e da cultura locais precisam ser trabalhados de forma mais ampla, levantando assim, mais uma possibilidade de continuidade dos trabalhos – quer seja no atrativo, quer na região como um todo.

Em relação à satisfação dos respondentes pode-se pontuar que quanto aos equipamentos disponibilizados a grande maioria demonstrou alto grau de satisfação pelo passeio. Algumas sugestões foram colocadas por meio das questões abertas, outras interpretadas a partir dos dados obtidos, de forma a auxiliar no processo de obtenção de um grau maior de excelência no atrativo. O maior ponto de fragilidade operacional observado foi quanto aos equipamentos básicos para a flutuação. Ressalta-se que estas observações não foram feitas sob a ótica meramente mercadológica, mas sim, visando tornar a experiência do visitante o mais satisfatória quanto possível. Entende-se que o turista, ao se sentir mais seguro e satisfeito, poderá ampliar as suas ligações analítico-valorativas com o meio, o que auxilia na interpretação e percepção ambiental. Além disso, uma falha nos equipamentos e procedimentos adotados pode implicar em impactos ambientais negativos ou até mesmos danos no meio, o que vai de encontro ao objetivo geral de conservação da natureza, ora expresso através da implantação de uma RPPN.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, F.F.M. Geologia da Serra da Bodoquena (Mato Grosso). In: BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Boletim da divisão de geologia mineral. Brasília, n. 219. 1965.
- ANDRADE, J.V. Turismo fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1995.
- BARBOSA, M.A.C.; ZAMBONI, R.A. Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.
- BATARCE, A.P.A. Unidades de conservação e produção do espaço: O Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Dourados: UFMS, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia), Campus de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.
- BOGGIANI, P.C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JÚNIOR, Á.; MORETTI, E.C. (orgs.). Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos/UFMS, 2001.
- BOGGIANI, P.C. Estudo de impacto ambiental da visitação turística do Monumento Natural Gruta do Lago Azul – Bonito, MS. Campo Grande: UFMS, 2002.
- BRASIL. MMA. MICT. IBAMA. EMBRATUR. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: <<https://www.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2007.
- COBRA, M. Marketing básico: uma perspectiva brasileira. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- COBRA, M. Marketing de turismo. 2.ed. São Paulo: Cobra, 2001.
- COSTACURTA, M.B. Plano de manejo Rio Sucuri. Bonito: RPPN São Geraldo, 2006.
- CUNHA, F.M. Análise do perfil do turista e sua percepção quanto aos impactos gerados pela visitação turística ao Monumento Natural Gruta do Lago Azul, Bonito-MS. Dourados: UEMS, 2007. Relatório de Iniciação Científica (Curso de Turismo), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2007.
- DENCKER, A.F.M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 4.ed. São Paulo: Futura, 1998.
- DIAS, J. A região cárstica de Bonito, MS: uma proposta de zoneamento geoecológico a partir de unidades da paisagem. Ensaios e ciência. Campo Grande, v. 4, n. 1, p. 09-43, abr. 2000.
- DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GNASPINI, P.; TRAJANO, E.; SÁNCHEZ, L.E. Província espeleológica da Serra da Bodoquena, MS: exploração, topografia e biologia. Espeleotema, Monte Sião, v. 17, p. 19-42, 1994.
- GRECHI, D.C. Resgate histórico do sistema de gestão do turismo em Bonito – MS. Brasília: UnB, 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2002.
- KADOTA, D.; HADDAD, E.; RABAHY, W.A. Aspectos do ecoturismo: perfil do turismo praticado em parques nacionais e áreas naturais conservadas. Turismo em números, São Paulo, 2004. Caderno de estatísticas. V. 35.
- LOBO, H.A.S. O lado escuro do paraíso: espeleoturismo na Serra da Bodoquena. Aquidauana: UFMS, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geociências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2006.
- MAGALHÃES, G.W. Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão. Brasil. São Paulo: Terragraph, 2001.

- MARIANI, M.A.P. Turismo e meio ambiente no paraíso das águas. Campo Grande: UCDB, 2003.
- MIRANDA, E.E. (Coord.). Brasil em relevo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em 11 jun. 2006.
- MORETTI, E.C. Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. In: BANDUCCI JÚNIOR, Á.; MORETTI, E.C. (orgs.). Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos/UFMS, 2001.
- MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.
- PIRES, P.S. Dimensões do ecoturismo. São Paulo: SENAC, 2002.
- RUSCHMANN, D.M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 11.ed. Campinas: Papirus, 2004.
- SALLUN FILHO, W.; KARMANN, I.; BOGGIANI, P.C. Paisagens cársticas da Serra da Bodoquena (MS). In: MANTESSO NETO, V.; CARNEIRO, A.B.C.; NEVES, B.B.B. (Orgs.). Geologia do continente Sul-americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Beca, 2004.
- SALLUN FILHO, W.; KARMANN, I.; BOGGIANI, P.C. Cavernas da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. Informativo SBE, Campinas, n. 91, p. 43-7, maio-dez. 2005.
- VARGAS, I.A. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, Á.; MORETTI, E.C. (orgs.). Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos/UFMS, 2001.
- YASUNAKA, G.S. Análise da demanda turística da Estância Mimosa Ecoturismo - Bonito/MS. Dourados: UEMS, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2006.